



O impacto da pandemia de Covid-19 em crianças e adolescentes no Brasil

Resumo de pesquisa sobre o impacto da Covid-19 na exploração sexual de crianças no Brasil.¹

O relatório aponta que a pandemia de Covid-19 afetou drasticamente a vulnerabilidade e experiências de crianças e adolescentes em relação à exploração sexual. Neste documento, resumimos as evidências emergentes e destacamos as lacunas da pesquisa.

Principais resultados da pesquisa

- A pandemia de Covid-19 afetou desproporcionalmente crianças e adolescentes no Brasil, especialmente os indivíduos com origem em classes menos privilegiadas.
- Os efeitos da Covid-19 no Brasil foram agravados pela lenta distribuição inicial da vacina e pela dificuldade de adesão aos protocolos de higiene e isolamento nas áreas mais densamente povoadas e empobrecidas do país.
- O fechamento de escolas, a demissão dos pais e a falta de acesso de muitas crianças e adolescentes brasileiros à tecnologia necessária para assistir a aulas remotas forçaram vários desses jovens a trabalhar (inclusive na indústria do sexo) para sustentar suas famílias.
- As estatísticas sobre a exposição de crianças à violência sexual mostram um cenário incerto. As denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes caíram durante a pandemia, enquanto as denúncias relacionadas a materiais contendo abuso sexual infantil aumentaram.

Qual é a importância deste estudo?

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCCA) foi dramaticamente afetada pela pandemia de Covid-19, que agravou a instabilidade financeira de muitas famílias no Brasil, exacerbando os efeitos da crise econômica existente no país e ampliando a precariedade socioeconômica de muitas famílias brasileiras. A crise econômica levou cerca de 3,4 milhões de cidadãos brasileiros à pobreza extrema e aumentou significativamente as taxas de desemprego em todo o país.

As desigualdades sociais e econômicas são amplamente consideradas como determinantes significativos da vulnerabilidade à ESCCA. A crise econômica brasileira aumentou ainda mais o risco da ESCCA, reduzindo as oportunidades de identificação e apoio, alterando os padrões de criminalidade e obstruindo a investigação policial. No entanto, as evidências sobre essas dinâmicas em mudança são extremamente limitadas.

O impacto agregado da crise econômica e da pandemia de Covid-19 evidencia que a natureza da ESCCA (e, possivelmente, sua dimensão) no Brasil não é bem compreendida e está sujeita a mudanças. Esses desafios representam novos obstáculos para as organizações que respondem a essa atividade e destacam as lacunas nas políticas e práticas existentes. Portanto, é fundamental a geração de evidências sobre os impactos dessas crises interligadas sobre a ESCCA no Brasil. Novas políticas devem responder adequadamente ao contexto atual e mitigar o risco para as crianças e adolescentes mais vulneráveis do país.

Visão geral da pesquisa

Como parte de uma pesquisa mais ampla com o objetivo de levar informação aos esforços de desenvolvimento de políticas estaduais e nacionais em andamento, este documento resume evidências emergentes, destaca lacunas de pesquisa e fornece recomendações para mitigar intervenções relacionadas aos efeitos contínuos da pandemia de Covid-19 na ESCCA no Brasil.

Três importantes processos de planejamento de políticas públicas que oferecem sustentação para a resposta à ESCCA nacionalmente, especificamente na região de Pernambuco, estão em fase de consulta e reformulação. São eles:

- 1 O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes do Governo Federal;
- 2 O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Pernambuco; e
- 3 O Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Pernambuco.

A reformulação prevista desses planos gerou a necessidade de levantar evidências sólidas e dar voz aos sobreviventes para que influenciem a elaboração de políticas substitutas.

Essas estruturas são essenciais para combater a ESCCA no Brasil e no estado de Pernambuco. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes fornece o cenário central no qual políticas, programas e serviços para o combate ao abuso e à exploração sexual infantil no Brasil são executados. As atividades do plano existente foram encerradas em 2020 e o desenvolvimento de seu substituto está previsto para ocorrer durante o período de execução deste projeto de pesquisa (de 2021 a 2023). O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são as instâncias de enfrentamento do abuso e da exploração sexual infantil no estado de Pernambuco. Ambos foram concluídos em 2021.

ESCCA no Brasil

Estima-se que 500.000 crianças e adolescentes são forçados à exploração sexual comercial no Brasil. O problema é, ao mesmo tempo, considerado invisível e parcialmente normalizado pela sociedade brasileira.

As crianças vítimas de ESCCA geralmente têm origem em algumas das comunidades mais carentes do Brasil. Sua exploração pode refletir esse cenário, em que famílias em extrema pobreza incentivam seus filhos a se envolver com o comércio do sexo como meio de fornecer alimentação e subsistência. Em outros casos, crianças e adolescentes podem ser aliciados por homens adultos, por vezes ligados à escola, que oferecem presentes (alimentos, roupas e

dispositivos tecnológicos) em troca de serviços sexuais. Crianças que deixam as comunidades rurais em busca de uma vida melhor nas cidades podem ser exploradas para a prostituição de rua ou traficadas para a exploração sexual por uma rede de tráfico e sujeitas à escravidão por dívida.²

Alguns relatórios sugerem que a pandemia de Covid-19 aumentou, pelo menos temporariamente, a ESCCA. As medidas introduzidas para conter a propagação da infecção confinaram, em grande parte, as crianças em suas casas, levando à especulação de que estariam passando mais tempo on-line por consequência e se envolvendo em comportamentos de alto risco pela Internet.³ O risco de exploração e abuso sexual doméstico também foi destacado.

Os potenciais infratores provavelmente também foram afetados pela pandemia. Os que cometeram abusos de contato sexual não puderam viajar devido às restrições relacionadas à pandemia, e se especula que essa situação possa ter causado uma mudança, fazendo com que os infratores passassem a cometer crimes on-line ou aumentassem a prática deles nesse ambiente, incluindo a compra de transmissões ao vivo de abuso sexual.⁴

A Covid-19 e o Brasil

Em 31 de dezembro de 2019, o governo chinês anunciou ao mundo um surto de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, causados por um novo e inédito coronavírus, o SARS-CoV-2. O vírus se espalhou rapidamente e levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar uma pandemia. No Brasil, o Ministério da Saúde declarou emergência de saúde pública em 23 de fevereiro de 2020 (Portaria 188/GM/MS2020). Em 6 de fevereiro, o governo brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979 que estabelece medidas de isolamento e quarentena para atender a emergência de saúde pública decorrente da propagação do vírus da Covid-19.

Apesar da adoção dessas medidas iniciais pelos governos dos estados brasileiros, o vírus continuou a ser transmitido a uma velocidade alarmante. Até março de 2022, o Brasil havia registrado 652.207 mortes decorrentes da Covid-19.⁵

A pandemia afetou inicialmente os moradores dos bairros mais privilegiados das cidades brasileiras, que carregaram o vírus ao voltar de viagens à Europa. Posteriormente, a infecção se espalhou para as periferias das grandes cidades, onde há uma alta densidade populacional. Além disso, os moradores dessas regiões estavam menos preparados para seguir as orientações da OMS e do governo devido às condições precárias e à indisponibilidade de materiais de higiene e limpeza, como desinfetantes e máscaras faciais.

Os critérios gerais de isolamento social, confinamento, cuidados com a higiene e outras medidas preventivas não puderam ser atendidos igualmente por todas as famílias e seus filhos. As orientações normalmente não reconhecem diferenças entre grupos sociais, e as famílias brasileiras

vivenciaram a Covid-19 de maneiras diferentes, devido às divergências das condições e circunstâncias de vida. As famílias que não puderam comprar materiais de limpeza e alimentos sofreram mais severamente. Nas áreas mais densamente povoadas, a água limpa e o saneamento básico não são garantidos, tornando difícil para muitos indivíduos o cumprimento eficaz das restrições estabelecidas para conter a propagação da infecção por Covid-19.

Os brasileiros foram ainda mais afetados pela decisão do estado de emitir “kits Covid” que continham medicamentos posteriormente considerados ineficazes no tratamento dos efeitos do coronavírus. Inicialmente, o governo brasileiro também recusou vacinas que estavam sendo produzidas para distribuição em outras partes do mundo e impôs restrições às liberdades sociais dos residentes brasileiros.

A posição do governo federal foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para:

Determinar, dentro de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal ao lidar com a Pandemia Covid-19 no Brasil e, em particular, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes hospitalizados; e possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamento, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas fantasmas para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros atos ilícitos, utilizando recursos provenientes da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, ao tratar de assuntos públicos, durante a duração da calamidade causada pela Pandemia do Coronavírus “SARS-CoV-2”, limitada apenas no que diz respeito à supervisão dos recursos da União repassados a outras entidades federadas para ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo assuntos de competência constitucional atribuída aos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Senado, 27/04/2021)

O epidemiologista Pedro Hallal depôs na CPI, chamando a atenção para a gravidade do impacto da pandemia no Brasil. Ele comentou que “desde o início da pandemia, o Brasil tem mortalidade acumulada de 2.345 por um milhão de habitantes, enquanto a média do mundo é de 494 por milhão. Ou seja, quatro em cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial.”⁶

O professor Hallal indicou que pelo menos 400.000 mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil se as ações em resposta à pandemia de Covid-19 tivessem sido mais rigorosas. Outras evidências apresentadas sugeriram que, caso o governo tivesse aceitado a oferta inicial de vacinas em agosto de 2020, a campanha de vacinação poderia ter começado em janeiro de 2021, com mais de dois milhões de

doses sendo administradas por dia, resultando em 145.000 mortes a menos em 2021.⁷

O impacto da pandemia em crianças e adolescentes

As estatísticas disponíveis revelam um pouco do enorme impacto da pandemia nas crianças e adolescentes brasileiros. Por exemplo, um relatório indica que mais de 113.000 menores brasileiros perderam um ou mais pais para a Covid-19 entre março de 2020 e abril de 2021.⁸ Esse número aumenta para 130.000 quando são contabilizadas crianças e adolescentes cujo principal cuidador era um avô ou avó. Tais números são reconhecidos como resultado direto das ações do governo federal no enfrentamento da pandemia.

No entanto, toda a extensão do impacto da pandemia não ficou isolada apenas à saúde física: o acesso dos jovens à educação foi afetado de maneira distinta. Dados do UNICEF revelam que, até novembro de 2020, mais cinco milhões de menores brasileiros ficaram sem acesso à educação, em comparação ao 1,1 milhão registrado no ano anterior, consequência do desemprego dos pais, fechamento de escolas devido à pandemia e falta de Internet e equipamentos de informática para acessar as aulas remotas. Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil, afirmou:

“A pandemia tornou ainda mais clara a importância da escola e das aulas presenciais para garantir a educação, a saúde mental, a nutrição e a proteção de meninas e meninos contra a violência. Sabemos que os alunos mais vulneráveis foram os que menos puderam aprender nos últimos anos, e muitos abandonaram a escola. É urgente, portanto, ir atrás de cada um e investir para que possam voltar à escola, recuperar as perdas de aprendizado e seguir em frente.”⁹

A saúde mental das crianças e adolescentes também foi fortemente afetada durante a pandemia. Considera-se que fatores como isolamento, ausência escolar e perda de contato com familiares e amigos tenham contribuído para a deterioração da saúde mental desse grupo no Brasil. Segundo especialistas em Psiquiatria e Psicologia Clínica da Criança e do Adolescente, 1 em cada 4 crianças isoladas devido à Covid-19 apresentou sintomas de depressão e/ou ansiedade.¹⁰ A falta de políticas públicas nessa área já resulta em traumas de longo prazo que afetam os jovens na transição para a idade adulta. Além disso, há uma clara necessidade de esforços redobrados para o cuidado com a saúde mental de crianças e adolescentes.

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), haverá 14 milhões de brasileiros desempregados até 2022.¹¹ O desemprego aumenta significativamente a pobreza e a fome, e o Conselho Nacional de Insegurança Alimentar (no Contexto da

Pandemia da Covid-19) estima que mais de 55% dos domicílios brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar, aproximadamente 116,8 milhões de indivíduos.¹² A fome e a precariedade econômica têm levado cada vez mais crianças e adolescentes a buscar trabalho para contribuir com a renda e sobrevivência de suas famílias. Alguns até se tornam o único responsável pela renda da família.

Consequentemente, o trabalho infantil é comum. Filhos de famílias que crescem e vivem nesses estados de vulnerabilidade e insegurança têm cada vez menos oportunidades e capacidade econômica para superar desafios.¹³

Exposição à violência sexual

Além de aumentar as taxas de orfandade, reduzir o acesso à educação, deteriorar a saúde mental, aumentar a fome e experiências de trabalho infantil, a pandemia também tornou mais crianças e adolescentes vulneráveis à violência sexual. Apesar desse aparente aumento na vulnerabilidade, os relatos reais de violência sexual diminuíram, atribuídos ao fechamento de escolas e outros ambientes, reduzindo as oportunidades para identificação e divulgação desse crime. Em 2020, foram registradas 14.621 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes pelo Disque-Denúncia nacional (Disque 100), uma redução de 4,5% em relação a 2019.

No entanto, houve um aumento nas denúncias relacionadas a material de abuso sexual infantil. Apenas nos primeiros quatro meses de 2021, foram denunciadas 15.856 páginas associadas a material de abuso sexual infantil, sendo que 7.248 foram removidas.¹⁴ Esses números representam um crescimento de 33,45% em denúncias quando comparado

ao mesmo período de 2020, no qual foram notificadas 11.881 páginas.

No primeiro ano da pandemia de Covid-19, a SaferNet Brasil recebeu 98.244 denúncias anônimas de páginas na internet contendo imagens de exploração e abuso sexual infantil, um recorde histórico desde o início dos registros, em 2006. O número é mais do que o dobro (102,24%) das 48.576 páginas denunciadas por internautas pelo mesmo motivo em 2019. Acredita-se que a pandemia causou e continua a causar mudanças abruptas nas rotinas das famílias. Além disso, crianças e adolescentes ficaram mais tempo on-line, o que possivelmente os expôs mais a situações de risco e à ameaça de exploração e abuso.¹⁵

Em 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o UNICEF, revelou que no Brasil ocorrem 36.000 estupros por ano e que aproximadamente 100 crianças e adolescentes menores de 14 anos são estuprados todos os dias no Brasil. Cerca de 80% das vítimas de violência sexual no país são meninas. É especialmente preocupante perceber que os números da violência sexual contra crianças e adolescentes não correspondem à realidade desse crime grave. Este é um problema dissimulado, uma vez que os casos são subnotificados devido ao medo de denúncias e à descrença de que o sistema de segurança e justiça do país tenha os meios e a disposição de tratar adequadamente a questão. A subnotificação também pode ser explicada pela falta de um banco de dados unificado que consolide denúncias e registros de diferentes órgãos governamentais oficiais. Recentemente, o Disque-Denúncia nacional, o “Disque 100”, cujos relatórios anuais não estão disponíveis para a sociedade e pesquisadores, foi desmantelado.

Notas finais

¹ Este briefing de pesquisa foi preparado pela Professora Dra. Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça (Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco), com contribuições do Dr. Ben Brewster e da Dra. Katarina Schwarz, do Laboratório de Direitos da Universidade de Nottingham, e pesquisadores do Freedom Fund. O projeto “Abordando a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil” é financiado pelo Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades (AH/V01336X/1).

² Freedom Fund, “Hotspot Projects - Brazil,” accessed March 16, 2022, <https://freedomfund.org/programs/hotspot-projects/brazil-hotspot/>.

³ Interpol, “Threats and Trends Child Sexual Exploitation and Abuse - Covid-19 Impact,” 2020, <https://www.interpol.int/en/How-we-work/COVID-19>.

⁴ Interpol.

⁵ Hygino Vasconcellos and Ricardo Espina, “Covid: Brasil Registra 219 Mortes Em 24 h e Média Móvel Fica Em 430 Óbitos,” *UoL*, 2022, <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2022/03/06/covid-19-coronavirus-casos-mortes-06-de-marco.htm?cmpid=copiaecola>.

⁶ Bruno Domínguez, “Half a Million Lives Lost, an Interview with Dr. Pedro Hallal,” *Radix Magazine* (Rio de Janeiro, 2021).

⁷ Domínguez.

⁸ Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, “Denúncia de Violações Dos Direitos à Vida e à Saúde No Contexto Da Pandemia Da Covid-19 No Brasil,” 2021, https://dhsaude.org/relatorio/documento_denuncia_portugues/.

⁹ UNICEF, “Cenário Da Exclusão Escolar No Brasil: Um Alerta Sobre Os Impactos Da Pandemia Da COVID-19 Na Educação,” 2021, <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-daexclusao-escolar-no-brasil.pdf>.

¹⁰ UNICEF, “Salud Mental e Infancia En El Escenario de La COVID-19. Propuestas de UNICEF España,” 2020, https://www.unicef.es/sites/unicef.es/files/comunicacion/COVID19_UNICEF_Salud_Mental.pdf.

¹¹ International Labour Organization, “World Employment and Social Outlook: Trends 2022,” 2022, https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends2022/WCMS_834081/lang-en/index.htm.

¹² Rede PENSSAN, “National Survey of Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil,” *VIGISAN*, 2021, http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf.

¹³ Josiane Rose Petry VERONESE and Geralda Magella de Faria ROSSETTO, “A Intensificação Da Vulnerabilidade No Trabalho Infantil Em Tempos de Pandemia,” in *Trabalho Infantil e Pandemia*, ed. Fabiana Dantas Soares Alves da MOTA and Palmeira Zéu SOBRINHO, 2020, 29–51, <https://www.passeidireto.com/arquivo/92904131/e-book-trabalho-infantil-e-pandemia-2/10>.

¹⁴ SaferNet Brasil, “Denúncias de Pornografia Infantil Cresceram 33,45% Em 2021, Aponta a Safernet Brasil,” 2021, https://new.safernet.org.br/home4?field_subject_value=All&field_type_value=All&page=1.

¹⁵ SaferNet Brasil.

Financiada pela:



Arts and
Humanities
Research Council